

OF. 002/17-SEC

Brasília-DF, 10 de janeiro de 2017.

Ao
Ao Exmo. Sr. Jorge Picciani

Presidente da Assembleia Legislativa / RJ

Prezado Senhor,

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil - FASUBRA Sindical, vem pelo presente instrumento manifestar-se diante da crise que atinge o Estado e seus trabalhadores, colocando-se em oposição ao “pacote de medidas de austeridade” proposto pelo Governador Luiz Fernando Pezão, o qual penaliza ainda mais a população e os servidores públicos.

Os questionáveis benefícios fiscais, o mecanismo dos juros da dívida pública, e as más gestões (atual e anterior) e inversão de prioridades, comprometeram a gestão do dinheiro público e o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Se por um lado os benefícios fiscais embalaram a acumulação de riquezas no meio empresarial, agora o ônus da crise recai sobre a obrigação do estado para prover necessidades básicas da população, as políticas sociais, bem como assegurar os direitos trabalhistas de seus servidores(as), ativos(as) e aposentados(as).

Toda a pretensa economia com o pacote e com os ajustes como um todo, servirá para garantir o pagamento da dívida pública e para redução das condições de vida, elevando a lucratividade dos grupos empresariais. Ao mesmo tempo, joga o impacto do ajuste sobre os benefícios e serviços públicos, e de forma perversa retira a dignidade dos servidores do estado, principalmente pelo aumento da alíquota e o próprio corte de salário. O servidor vai assumir uma culpa que não é dele, mas sim da gestão.

Não suficiente esse pacote conter tão pesado conteúdo antissocial, o Governo ainda tenta fazer com que o mesmo seja aprovado às pressas, sem discussão com a população e com as categorias de servidores públicos, com audiências públicas. A única espera que se viu nesse pacote foi deixar passar as eleições, para desferir um golpe na população e no funcionalismo. Trata-se de um desmonte das políticas sociais e um ataque ao direito dos trabalhadores, que tem se valido de uma brutal repressão, com cenas de massacre e violência contra a população em seu direito de manifestar-se diante de tamanho absurdo.

Em contraposição ao pacote de Pezão, propomos a ALERJ retirada integral e imediata deste pacote; a suspensão imediata e revisão das isenções fiscais; o não pagamento dos juros e encargos da dívida pública; a cobrança da dívida ativa estadual; o fim das organizações sociais na saúde, com a realização de concurso público; o respeito ao teto salarial nos três poderes; a retirada dos informes publicitários do Governo (salvo os necessários à orientação quanto a medidas de saúde, educação e segurança); instalação de CPIs e auditoria pública da dívida e dos mecanismos de isenção fiscal; e o fim das privatizações e terceirizações, assegurando-se concurso público.



São algumas medidas iniciais que podem auxiliar na inversão da situação de crise no Estado e recuperar as condições de vida da população e dos servidores públicos.

Entendemos que o objetivo do Estado deve estar em consonância com as necessidades da população, e esperamos que o legislativo esteja ao lado das medidas necessárias para acabar com o verdadeiro processo de crise (como isenções e dívida pública), ao invés de penalizar ainda mais os trabalhadores, em benefício de tão poucos banqueiros e empresários.

Esta Federação se coloca ao longo desse processo em mobilização junto ao povo do Rio de Janeiro e seus servidores públicos, e em especial os trabalhadores da UERJ, UENF e UEZO.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Respeitosamente



Rogério Fagundes Marzola

Coordenação Geral



Euridice Ferreira de Almeida

Coordenação da Mulher Trabalhadora



Mário Marcio Garofolo

Suplente DN



Carlos Roberto Alves Sena

Suplente DN